

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

***Aos Administradores do***

**INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO**

***Corumbá - MS***

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase**

### Posição financeira e patrimonial

No período de 2017, as receitas totais auferidas foram de R\$ 971.870, e as despesas e custos totais incorridos foram de R\$ 1.198.656, gerando o déficit apurado de R\$ 226.786. Nos custos de despesas, estão consideradas algumas despesas não monetárias (não houve pagamento), como as depreciações e amortizações de R\$ 62.067. Porém, mesmo desconsiderando essas despesas não monetárias, o IHP apresenta déficit financeiro operacional de R\$ 146.988, conforme demonstrado no fluxo de caixa – página 9. Portanto, a capacidade de geração de receitas, não foram suficientes para suprir as despesas e custos dos projetos e atividades do IHP.

Porém, embora tenha ocorrido déficit contábil no período de 2017 de R\$ 226.786, o IHP não possui problemas financeiros, não há dívidas pendentes de liquidação, e não houve necessidade de capitais de terceiros como empréstimos bancários, pois o déficit foi custeado pela principal reserva financeira, o Fundo de Sustentabilidade que o IHP possuía no período anterior (2016) de R\$ 234.371. Em 31 de dezembro de 2017, a reserva financeira – Fundo de Sustentabilidade é de R\$ 73.391.

Destacamos a importância e necessidade da administração, estabelecer ações estratégicas que possam melhorar os resultados e viabilizar a sustentabilidade e perenidade da instituição.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40 (b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. As obrigatoriedades desses assuntos às entidades listadas não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO**

***Balancos patrimoniais levantados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016***

***Em Reais R\$***

<b><u>ATIVO</u></b>	Nota explicativa	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		385	49
Bancos – sem restrição		30	53
Bancos – com restrição		-	1.303
Reserva operacional – sem restrição	4	4.454	6.498
Reserva de projetos – com restrição	5	185.425	534
Fundo de custeio – sem restrição	6	5.110	48
Fundo de sustentabilidade – com restrição	7	73.391	234.371
Créditos a receber	8	25.982	13.663
		<b>294.777</b>	<b>256.519</b>
<b><i>Total do circulante</i></b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	9	435.759	474.763
Intangível	10	28.583	42.113
		<b>464.342</b>	<b>516.876</b>
<b>Total do não circulante</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>759.119</b>	<b>773.395</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO**

***Balanços patrimoniais levantados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016***

***Em Reais R\$***

<b><u>PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO</u></b>	Nota explicativa	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores de bens e serviços		23.414	13.466
Obrigações com empregados	11	21.841	12.303
Encargos sociais	12	8.962	8.311
Obrigações tributárias	13	879	1.300
Outras obrigações	14	33.148	28.438
Recursos de projetos em execução	15	185.460	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>273.704</b>	<b>63.818</b>
 <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social		485.415	709.577
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>485.415</b>	<b>709.577</b>
 <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>759.119</b>	<b>773.395</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO**

**Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**  
**Em Reais R\$**

	Nota	2017	2016
	explicativa		
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
<b>Com restrição</b>			
Convênios Governamentais	19	800	-
Trabalho voluntário	18	23.878	31.235
		<b>24.678</b>	<b>31.235</b>
<b>Sem restrição</b>			
Patrocínio não governamental		-	60.000
Serviços prestados		241.908	158.281
Termo de parceria – Instituto Acaia	19	238.035	220.850
Doações de pessoas jurídicas		132.874	169.636
Doações de pessoas físicas		314.004	246.963
Receitas financeiras		18.660	53.887
Outras receitas		1.711	30.679
		<b>947.192</b>	<b>940.296</b>
<b>Outras receitas operacionais – sem restrição</b>			
Doações de imobilizado		-	183.252
Outras receitas		-	715
		-	<b>183.967</b>
		<b>971.870</b>	<b>1.155.498</b>
<b>Total de receitas</b>			
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
<b>Com programas de meio ambiente</b>			
Custos e despesas operacionais		(930.026)	(910.528)
Trabalho voluntário	18	(23.878)	(31.235)
		<b>(953.904)</b>	<b>(941.763)</b>
		<b>17.966</b>	<b>213.735</b>
<b>Resultado bruto</b>			
Despesas Operacionais e administrativas		(244.752)	(236.262)
		<b>(226.786)</b>	<b>(22.527)</b>
<b>Superávit (déficit) do período</b>			
Ajustes patrimoniais			-
<b>Resultado abrangente</b>		<b>(226.786)</b>	<b>(22.527)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**

**Em Reais R\$**

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Superávit (déficit)</u>	<u>Total</u>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>731.834</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>731.834</b>
Superávit (déficit) do período	-	-	(22.527)	(22.527)
Ajustes patrimoniais	-	-	270	270
Transferência do superávit	(22.257)	-	22.257	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>709.577</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>709.577</b>
Superávit (déficit) do período			(226.786)	(226.786)
Ajustes patrimoniais			2.624	2.624
Transferência do superávit	(224.162)		224.162	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>485.415</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>485.415</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO**

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**

**Em Reais – R\$**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit (déficit) do exercício	(226.786)	(22.527)
<b>Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	62.067	45.843
Doações de investimento – ativo imobilizado	-	(183.252)
Ajustes patrimoniais	2.624	270
<b>Redução (aumento) do ativo</b>		
Créditos a receber	(12.319)	(1.012)
<b>Aumento (redução) do passivo</b>		
Fornecedores de bens e serviços	9.948	(22.873)
Obrigações com empregados	9.538	(7.315)
Folha de pagamentos autônomos	-	(270)
Encargos sociais	651	2.790
Obrigações tributárias	(421)	242
Outras obrigações	4.710	11.994
<b>Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais</b>	<b><u>(149.988)</u></b>	<b><u>(176.110)</u></b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aumento do ativo imobilizado e intangível	(9.533)	(131.029)
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos</b>	<b><u>(9.533)</u></b>	<b><u>(131.029)</u></b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Recebimentos de recursos de projetos em execução	185.460	-
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos</b>	<b><u>185.460</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b><u>25.939</u></b>	<b><u>(307.139)</u></b>
Caixa e equivalentes no início do período	242.856	549.995
Caixa e equivalentes no fim do período	268.795	242.856
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b><u>25.939</u></b>	<b><u>(307.139)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**  
**Em Reais R\$**

---

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Instituto Homem Pantaneiro é uma entidade civil de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro na cidade de Corumbá / MS, tem prazo de duração indeterminado e abrangência nacional.

O Instituto tem por finalidade:

- a) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionadas com educação, monitoramento, controle, pesquisa, preservação e conservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da qualidade segurança ambiental;
- b) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionados com a educação, pesquisa, formação, treinamento e capacitação e recursos humanos na área ambiental;
- c) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver e executar estudos, consultoria ambiental, avaliação, relatórios e impacto ambiental;
- d) Prestar serviços e consultorias a instituições governamentais e não governamentais empresas públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas, nas áreas de educação, formação, treinamento capacitação, qualificação profissional, planejamento, execução de todas as atividades, organização e operacionalização de eventos relacionados com o meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições

complementares.

### **3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

#### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

#### **b) Apuração das receitas e despesas**

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

#### **c) Estimativas contábeis**

**Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.**

#### **d) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

#### **e) Ativos circulantes e não circulantes**

##### **Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa**

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

##### **Aplicações financeiras**

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

##### **Ativo imobilizado**

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

### **Ativo Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

### **f) Passivos circulantes e não circulantes**

**São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.**

#### Provisões

**As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.**

## **4. RESERVA OPERACIONAL – Sem Restrição**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fundos de aplicações financeiras	4.454	6.498
<b>Total</b>	<b><u>4.454</u></b>	<b><u>6.498</u></b>

## 5. RESERVA DE PROJETOS – Com Restrição

	2017	2016
Fundos de aplicações financeiras	185.425	534
<b>Total</b>	<b>185.425</b>	<b>534</b>

## 6. FUNDO DE CUSTEIO – Sem Restrição

	2017	2016
Fundos de aplicações financeiras	5.110	48
<b>Total</b>	<b>5.110</b>	<b>48</b>

## 7. FUNDO DE SUSTENTABILIDADE – Com Restrição

	2017	2016
Fundos de aplicações financeiras	73.391	234.371
<b>Total</b>	<b>73.391</b>	<b>234.371</b>

## 8. CRÉDITOS A RECEBER

	2017	2016
Adiantamentos de honorários	-	2.140
Adiantamentos a fornecedores	15.741	11.331
Créditos e receber	21.409	11.186
Provisão de perdas sobre créditos	(11.294)	(10.994)
Impostos e contribuições a recuperar	126	-
<b>Total</b>	<b>25.982</b>	<b>13.663</b>

## 9. IMOBILIZADO

	Taxa anual Depr.	2017			2016
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
<b>Sem restrição</b>					
Móveis e utensílios	10%	18.030	(6.735)	11.295	12.551

Terminais telefônicos	20%	385	(295)	90	167
Máquinas e equipamentos	15%	81.577	(16.584)	64.992	70.397
Equipamentos de informática	20%	6.446	(5.370)	1.076	2.365
Terrenos	-	15.000	-	15.000	15.000
Embarcações	10%	200.989	(31.823)	169.166	189.265
Imóveis	4%	183.251	(13.438)	169.813	178.976
		<b>505.678</b>	<b>(74.246)</b>	<b>431.432</b>	<b>468.721</b>
<b>Com restrição</b>					
Máquinas e equipamentos	10%	4.973	(1.775)	3.198	3.695
Equipamentos de informática	20%	6.091	(4.962)	1.129	2.347
		<b>11.064</b>	<b>(6.737)</b>	<b>4.327</b>	<b>6.042</b>
<b>Total</b>		<b>516.742</b>	<b>(80.983)</b>	<b>435.759</b>	<b>474.763</b>

#### Movimentação do imobilizado

	2016		2017			
	Líquido		Adições/ compras	Baixas	Depreciação	Líquido
<b>Sem restrição</b>						
Móveis e utensílios	12.551		800		(2.056)	11.295
Terminais telefônicos	167				(77)	90
Máquinas e equipamentos	70.397		2.753		(8.158)	64.992
Equipamentos de informática	2.365				(1.289)	1.076
Terrenos	15.000				-	15.000
Embarcações	189.265				(20.099)	169.166
Imóveis	178.976				(9.163)	169.813
	<b>468.721</b>					
<b>Com restrição</b>						
Máquinas e equipamentos	3.695				(497)	3.198
Equipamentos de informática	2.347				(1.218)	1.129
Construções em andamento	-				-	-
<b>Total</b>	<b>474.763</b>		<b>3.553</b>	<b>-</b>	<b>(42.557)</b>	<b>435.759</b>

## 10. INTANGÍVEL

	Taxa anual amort.	2017			2016
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Software Geo monitoramento	20%	100.000	(71.505)	28.495	41.971
Software - computadores	20%	267	(179)	88	142
<b>Total</b>		<b>100.267</b>	<b>(71.684)</b>	<b>28.583</b>	<b>42.113</b>

## 11. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

	2017	2016
Salários a pagar	11.162	7.025
Provisão para férias	10.679	5.278
<b>Total</b>	<b>21.841</b>	<b>12.303</b>

## 12. ENCARGOS SOCIAIS

	2017	2016
INSS a recolher	4.107	5.438
FGTS a recolher	929	869
PIS sobre folha de pagamento	125	136
Contribuição Sindical	154	153
Provisão para encargos sociais sobre férias	3.647	1.715
<b>Total</b>	<b>8.962</b>	<b>8.311</b>

## 13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
IRRF a recolher – PF	225	-
IRRF a recolher – PJ	19	228
ISS a recolher	319	118
Outras obrigações	316	954
<b>Total</b>	<b>879</b>	<b>1.300</b>

## 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2017	2016
Adiantamentos de clientes	31.486	27.592
Despesas a ressarcir	689	-
Luz a pagar	191	805
Água a pagar	94	41
Telefone a pagar	688	-
<b>Total</b>	<b>33.148</b>	<b>28.438</b>

## 15. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Convênio governamental – Recursos de aplicações restritas

Modalidade e Órgão	Responsabilidades Decorrentes	2017 R\$	2016 R\$
FUNLES	Se o projeto não se concretizar, o IHP restituirá o recurso ao patrocinador.	185.460	-
<b>Total</b>		<b>185.460</b>	-

Corresponde ao Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Lesados (FUNLES), gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). Os recursos foram recebidos no período de 2017, e serão aplicados no período subsequente – 2018. Conforme ocorrer a realização, as receitas e custos serão reconhecidas nas demonstrações financeiras.

## 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas. Há três tipos principais de estimativas:



- (a) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (b) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- (c) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

**A Entidade não possui processos trabalhistas, Cíveis e Tributários envolvendo riscos de eventuais perdas, portanto, não foi necessário constituir provisão para contingências.**

## **17. APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. O Instituto Homem Pantaneiro possui duas fontes de receitas: doações e serviços prestados, sendo que as receitas auferidas dos serviços prestados, são utilizadas para custear a conservação do meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

## **18. TRABALHO VOLUNTÁRIO**

Conforme Resolução 1.409 – ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade - item 19, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. De acordo com o Apêndice “A” desta Resolução, o trabalho voluntário deve ser tratado em receitas e despesas no mesmo valor e não afetando o resultado final de superávit e ou déficit.

Portanto, não houve pagamentos aos voluntários, pois são serviços não remunerados conforme Lei do Serviço Voluntário.

## 19. PATROCÍNIOS E CONVÊNIOS - Receitas

### Convênios Governamentais – com restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2017 R\$	2016 R\$
FUNLES - Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Lesados (FUNLES), gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).	GEOPANTANAL: Ferramenta Tecnológica para Conservação.	-Executar o Plano de Trabalho; -Aplicar o recurso recebido para execução do projeto; -Manter a escrituração Contábil atualizada; -Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas; -Observar as disposições do Decreto Estadual 14.494; -Possibilitar a fiscalização e supervisão pela Concedente; -Devolver os saldos remanescentes; -Prestar Contas dos recursos recebidos.	800	-
<b>Total</b>			<b>800</b>	<b>-</b>

### Termo de Parceria – Instituto Acaia – sem restrição

Entidade	Projeto / objeto da parceria	2017 R\$	2016 R\$
Instituto Acaia	Termo de parceria para pagamento da manutenção do sistema de comunicação nas áreas abrangidas pela RPCSA	24.035	20.850
Instituto Acaia	Termo de parceria para ações de fiscalização e monitoramento nas áreas abrangidas pela RPCSA	214.000	200.000
<b>Total</b>		<b>238.035</b>	<b>220.850</b>

Patrocínio não governamental – sem restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2017 R\$	2016 R\$
Fundação Boticário de Proteção a Natureza	13º Curso Estratégia de Conservação e Proteção da Natureza	Curso de Extensão a oficiais das Polícias Militares Ambientais do Brasil. Estratégias de Conservação e Proteção da Natureza 2016 se desenvolvido em duas etapas: 1- Não presencial- EaD- Serão cindo Módulos com carga horária de 20h cada no ambiente virtual de ensino (Moodle) e, etapa - 2 presencial realizada na Serra do Amolar no Pantanal/MS.	-	60.000,00
<b>Total</b>			-	<b>60.000,00</b>

## 20. ISENÇÕES USUFRUÍDAS E RENÚNCIA FISCAL

	2017	2016
<b>Imposto de Renda Pessoa Jurídica</b>	-	-
<b>Contribuição Social sobre Lucros</b>	-	-
<b>ISS</b>	11.275	<b>7.914</b>
<b>PIS sobre receitas</b>	6.211	<b>7.308</b>
<b>COFINS sobre receitas</b>	28.664	<b>33.728</b>
<b>Total</b>	<u>46.150</u>	<u>48.950</u>

## 21. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade não possui seguro predial, uma vez que a edificação que se encontra a sede administrativa da Instituição, é tombado pelo Patrimônio Histórico e as corretoras de seguros não realizam seguros em prédio com essa característica.

## **22. DIREITOS AQUISITIVOS DE PROPRIEDADES**

Os imóveis rurais denominados Fazenda Morrinhos e Fazenda Novos Dourados, localizados no município de Corumbá – MS, onde existe a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Elieser Batista, foram adquiridos pelo Instituto Homem Pantaneiro - IHP, da empresa MMX Corumbá Mineração S.A., por meio do Instrumento de Promessa de Compra e Venda, datado de 11.08.2014, aditado em 16.04.2015 (Fazenda Novos Dourados) e do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos, datado de 11.08.2014 (Fazenda Morrinhos), pelos valores de R\$ 2.089.418,90 e 310.581,11, que ainda não foram pagos pelo vendedor ao adquirente, em razão da existência de condições estabelecidas nos instrumentos, que ainda não foram superadas.

As partes firmaram também um Contrato de Arrendamento, datado de 11.08.2014. O preço acordado pelo arrendamento, R\$ 600.000,00, foi pago por meio de compensação de créditos em aberto a favor do Instituto, originários do Termo de Parceria e Gestão, Manutenção e Execução de Programas de Conservação, celebrado em 01.01.2010 e aditado em 02.02.2011.

O Instituto Homem Pantaneiro cedeu 95% dos direitos que detinha sobre os imóveis acima mencionados, para um grupo de pessoas físicas, o que foi feito por meio do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos Aquisitivos, datado de 10.12.2012, pelo preço de R\$ 368.815,07 (Faz. Morrinhos) e R\$ 2.481.184,93 (Faz. Novos Dourados), com o intuito de conciliar esforços para continuidade das atividades de preservação ambiental, projetos científicos e de educação ambiental desenvolvidos nos imóveis.

Não havendo mais interesse na parceria estabelecida entre o Instituto e o grupo de pessoas físicas, e no intuito de contribuir para a causa da preservação da Serra do Amolar, o pagamento de R\$ 350.000,00, recebido inicialmente pelo Instituto a título de sinal, pela celebração do instrumento de cessão acima mencionado, não foi devolvido. Referido valor foi recebido pelo Instituto em caráter de doação.